



**SALAS DE APOIO À AMAMENTAÇÃO COMO POLÍTICA DE APOIO À
MATERNIDADE EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: ESTUDO DE CASO EM
UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Nathalia Maria L. Machado¹, Taís F. de Almeida², Helene N. H. Blanc³

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, nathaliamachado@macae.ufrj.br

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, taisfalmeida@macae.ufrj.br

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro, helenenara@macae.ufrj.br

Propósito

O leite humano (LH) é o alimento ideal para as crianças nos primeiros anos de vida e, atualmente, o índice de aleitamento humano (AH) está abaixo do esperado. A volta ao trabalho e estudo podem levar ao desmame precoce ou ao abandono da graduação. As salas de apoio à amamentação (SAA), se implantadas nas universidades, contribuirão para uma política de apoio às mães trabalhadoras e estudantes, resultando em melhores desempenhos no trabalho e estudo, proteção à saúde do binômio mãe-bebê, com inúmeros benefícios à sociedade. A hipótese da pesquisa é a de que as SAA impactam positivamente a vida das estudantes e das trabalhadoras da universidade, reduzindo a evasão e contribuindo para a equidade de gênero no ambiente universitário. O objetivo geral é a elaboração de proposta para a implantação de SAA nos *campi* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como política de apoio à maternidade. Os objetivos específicos são: analisar a prevalência e os determinantes da amamentação entre as mães da universidade; avaliar a aceitação para a instalação das salas; realizar o levantamento de materiais, equipamentos e pessoal necessários para a sua instalação e manutenção; e elaborar o projeto para a implantação das SAA.

Revisão da literatura

A importância da amamentação é amplamente reconhecida. A recomendação é que o AH aconteça na primeira hora de vida, exclusivo e em livre demanda até os seis meses, e por dois anos ou mais, complementado por uma alimentação saudável e equilibrada (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2020). O LH é o ideal por adaptar-se às necessidades das crianças nos primeiros anos de vida, sendo o único que contém anticorpos que protegem a criança de infecções, reduzindo internações. (Brasil, 2019).

A amamentação prolongada está associada ao menor risco de sobrepeso e obesidade, diabetes tipo 2, leucemia infantil, mal oclusões dentais e a um maior desempenho em testes de inteligência (Sociedade Brasileira de Pediatria, 2020). Para as mulheres, está associada ao menor risco de cânceres ovariano, mama e útero e diabetes tipo 2 (Brasil, 2019).

Os índices de amamentação estão abaixo da meta de 70% estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para 2030 (Souza et al., 2023). Soma-se aos já conhecidos desencadeantes do desmame precoce – uso de mamadeiras e chupetas, introdução de alimentos sólidos ou pastosos antes dos seis meses e *marketing* inadequado de substitutos do LH –, a falta de apoio às mulheres nos espaços de trabalho, apesar das proteções legais para a amamentação (Brasil, 2019); e a falta de apoio institucional e familiar às mães estudantes, provocando evasão (Silva, 2005).

No trabalho, a falta de apoio de empregadores e colegas, ausência de espaços adequados para extração e guarda do leite, provocam estresse, preocupação e desconfortos que prejudicam o desempenho e a produtividade da mulher no trabalho (Souza et al., 2023).

As estudantes universitárias contam com uma única proteção legal, a Lei nº 6.202/1975, que atribui à estudante gestante o regime de exercícios domiciliares a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses. Após este período, as nutrizes passam a depender de um acordo com os professores para organização de seus horários e conciliar o cumprimento das atividades com a amamentação (Silva, 2005), além disso apresentam problemas com a amamentação, prejuízos da saúde física e mental pela exaustão e dificuldades financeiras, tornando a permanência na graduação comprometida (dos Santos Costa et al., 2023).

Souza et al. (2023) propõe que estratégias de promoção, proteção e apoio à amamentação, como campanhas, licença maternidade e SAA têm papel fundamental na produtividade da nutriz, visto que aliviam seu desconforto físico e emocional e contribuindo

para o alcance da igualdade de gênero.

O Ministério da Saúde (MS) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária criaram a NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 01/2010 para a implantação de SAA em empresas, para apoiar e viabilizar a manutenção do aleitamento após a licença maternidade, salientando que sua implementação é de baixo custo e de fácil manutenção. As SAA são locais destinados à extração e armazenamento de leite humano em condições higiênico-sanitárias adequadas, sendo um ambiente confortável, acolhedor e com privacidade à mulher (Agência Nacional de Vigilância Sanitária & Brasil, 2010).

O presente trabalho justifica-se visto que a legislação não é suficiente para a proteção da amamentação continuada no retorno da mulher ao trabalho e estudo. As instituições, por não disporem de políticas de apoio à maternidade, podem gerar preocupação e insegurança para as estudantes, em especial, para as que cursam formação em período integral, resultando em evasão. As empresas contratantes das funcionárias podem não ser vinculadas ao programa Empresa Cidadã, limitando a licença a quatro meses.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi dividida em duas etapas, sendo 1. Avaliação sobre amamentação: estudo quantitativo, do tipo descritivo e transversal, para o qual foram utilizados questionários *on-line* enviados por e-mail e redes sociais, autopreenchido pelas participantes sem influência do entrevistador. Para a análise estatística será utilizado o programa Jasp®. A divulgação foi por “bola de neve” e a população são mulheres que tiveram filhos a partir de 2018, maiores de 18 anos, estudantes e trabalhadoras da UFRJ. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRJ Campus Macaé (CAAE: 70211623.0.0000.5699); e 2. Projeto das SAA.

Resultados

Os questionários estão em fase de preenchimento e até 02/03/2024 obtiveram respostas de 18 docentes, 23 técnicas-administrativas (TAE), 34 discentes e 1 funcionária, totalizando 76. As idades variaram entre 20 e 44 anos.

Cerca de 78% responderam ter amamentado de forma exclusiva até 6 meses ou mais e

60% indicaram nunca ter oferecido leite industrializado ao bebê, sendo que 23% ofereceram antes dos 6 meses.

Tabela 1 - Tempo de amamentação exclusiva e introdução de leites industrializados:

Fator	Docentes No. (%)	TAE No. (%)	Discentes No. (%)	Funcionárias No. (%)
Amamentação exclusiva				
0 a 1 mês	1 (5,6)	1 (4,3)	2 (5,9)	0 (0,0)
2 a 3 meses	1 (5,6)	2 (8,7)	0 (0,0)	0 (0,0)
4 a 5 meses	2 (11,1)	1 (4,3)	0 (0,0)	0 (0,0)
Até os 6 meses	7 (38,9)	9 (39,1)	14 (41,2)	1 (100,0)
Mais de 6 meses	7 (38,9)	9 (39,1)	13 (38,2)	0 (0,0)
Nunca amamentou exclusivamente	0 (0,0)	1 (4,3)	3 (8,8)	0 (0,0)
Prefiro não responder	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (5,9)	0 (0,0)
Introdução de leites industrializados				
0 a 2 meses	2 (11,1)	3 (13,0)	6 (17,0)	0 (0,0)
3 a 4 meses	2 (11,1)	2 (8,7)	0 (0,0)	0 (0,0)
5 a 6 meses	0 (0,0)	1 (4,3)	2 (5,9)	1 (100,0)
Após 6 meses	1 (5,6)	4 (17,4)	2 (5,9)	0 (0,0)
Não introduziu leite industrializado	12 (66,7)	13 (56,5)	21 (61,8)	0 (0,0)
Prefiro não responder	1 (5,6)	0 (0,0)	3 (8,8)	0 (0,0)
Total	18 (100,0)	23 (100,0)	34 (100,0)	1 (100,0)

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Todas informaram saber extrair leite, porém 13% nunca ordenharam. O leite ordenhado era, respectivamente, oferecido ao bebê, desprezado e doado. 43,4% informaram ter estocado leite em razão do retorno ao trabalho ou às aulas. Do total, 29 (38,15%) mulheres extraíram leite na universidade, dessas, 75,8% usaram local inadequado. As maiores motivações foram para “alívio das mamas” e “oferecer ao bebê”. 96% consideram adequado que a Universidade ofereça SAA. Na resposta aberta, relatos de alunas indicaram o trancamento ou a redução de disciplinas no período; levar o bebê para as aulas; e dificuldade em adaptar horários de provas com professores. Relatos das categorias apontaram desconfortos nas mamas ao não fazer extração e nota-se influência das atividades remotas na pandemia nos resultados. Os resultados preliminares indicam a importância da implementação de SAA na UFRJ.

Implicações da pesquisa



Fornecer subsídios para a proposta de implantação de SAA na UFRJ e destacar sua importância como agente de melhoria da qualidade de vida das trabalhadoras e estudantes, promovendo equidade de gênero e reduzindo a evasão.

REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária, & Brasil. (2010). *Nota Técnica Conjunta N° 01/2010- ANVISA e Ministério da Saúde. Assunto: sala de apoio à amamentação em empresas.*
- Brasil. (2019). *Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos* (Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, & Departamento de Promoção da Saúde, Eds.; 1ª ed). <http://editora.saude.gov.br>
- dos Santos Costa, J. L., Loewen Wall, M., Taiz da Paixão, T., & da Rocha Santos da Silva, M. V. (2023). Desafios da maternidade no período acadêmico: revisão integrativa. *Revista Família, Ciclos De Vida E Saúde No Contexto Social*, 11(1), e6226. <https://doi.org/10.18554/refacs.v11i1.6226>
- Silva I. A. (2005). A vivência de amamentar para trabalhadoras e estudantes de uma universidade pública. *Rev Bras Enferm* 2005 nov-dez; 58(6):641-6. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672005000600003>
- Sociedade Brasileira de Pediatria. (2020). *Guia Prático de Aleitamento Materno.* https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22800f-GUIAPRATICO-GuiaPratico_de_AM.pdf
- Souza, C. B. de, Melo, D. S., Relvas, G. R. B., Venancio, S. I., & Silva, R. P. G. V. C. da. (2023). Promoção, proteção e apoio à amamentação no trabalho e o alcance do desenvolvimento sustentável: uma revisão de escopo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 28(4), 1059–1072. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023284.14242022>